

EDITAL DE BOLSA SOCIAL PARA CURSOS DE GRADUAÇÃO DA MODALIDADE PRESENCIAL 2021.01

O INSTITUTO EDUCACIONAL PIRACICABANO DA IGREJA METODISTA, informa a abertura do EDITAL DA BOLSA SOCIAL para os cursos de graduação da modalidade presencial, referente ao 1º semestre de 2021.

1. OBJETO

O processo para concessão das bolsas de estudos nos cursos de graduação presencial para o primeiro semestre de 2021 a candidatos que tenham perfil sócio econômico que atendam aos critérios de carência exigidos na legislação filantrópica.

O processo de seleção dos candidatos seguirá as regras constantes na Lei 12.101/2009, no Decreto 8.242/2014 e portaria normativa nº 15/2017, onde abrange plenamente as suas características e obrigações elencadas.

2. DAS CONDIÇÕES PARA INSCRIÇÃO NO PROCESSO SELETIVO DA BOLSA SOCIAL

Os candidatos devem preencher todos os requisitos e critérios abaixo:

- a) Ser brasileiro nato ou naturalizado;
- b) Tenha cursado o ensino médio completo em escola da rede pública;
- c) Tenha cursado o ensino médio completo em instituição privada na condição de bolsista integral da própria escola, ou seja, com o percentual de 100% de bolsa;
- d) Tenha cursado o ensino médio parcialmente em escola de rede pública e parcialmente em instituição privada na condição de bolsista integral da própria escola, ou seja, com o percentual de 100% de bolsa;
- e) Ser a primeira graduação;
- f) Não possuir vínculo acadêmico em instituição pública ou privada de ensino superior;
- g) Não participar de outro programa de bolsa de estudo;
- h) Entregar toda e qualquer documentação solicitada para a avaliação do benefício;
- i) Estar adimplente financeiramente com a instituição acadêmica caso seja veterano;
- j) Apresentar pontuação mínima de 450 pontos no ENEM e não ter zerado na prova de redação;
- k) Caso não possua nota do ENEM, obrigatoriamente o candidato deverá participar do vestibular social.
- l) Atender aos requisitos de renda estabelecidos na legislação filantrópica que regulamenta a concessão de bolsa, cuja renda familiar bruta mensal per capita não exceda o valor de 3 (três) salários mínimos para bolsa parcial e 1,5 salários mínimos para bolsa integral.

Parágrafo primeiro. O não enquadramento nos requisitos evidenciados devem ocasionar a imediata exclusão do candidato no processo de bolsas. A exclusão não irá ocasionar impedimentos na participação em processos de bolsas futuros.

Parágrafo segundo: A análise das condições sociais do candidato e de seu grupo familiar é ponderado o perfil socioeconômico, ou seja, a qualidade de vida, bens (patrimônios), consumo, dos quais devem ser compatíveis ao perfil apresentado junto a documentação.

3 – DA BOLSA DE ESTUDO

3.1 – Para este edital serão oferecidas bolsas integrais de 100% e parciais de 50% até o limite de bolsas disponíveis.

I. Havendo o preenchimento de todas as vagas para bolsas integrais o candidato apto para o referido benefício, poderá ser contemplado com desconto parcial. Não haverá impedimentos para que o candidato participe de processos seletivos futuros.

3.1.1 A disponibilidade de bolsas é oferecida proporcionalmente com base de novos inscritos pagantes devidamente matriculados.

3.1.2 A disponibilidade de vagas deve ser publicada por intermédio de portarias, contendo a quantidade por curso, sendo publicada na página oficial da UNIMEP - <http://unimep.edu.br/>

3.2 – Caso tenha mais de um candidato pré-selecionado apto a ter a Bolsa de Estudo com a mesma pontuação e entrega dos documentos no mesmo dia, será considerada a menor renda per capita como critério de desempate.

3.3 - As inscrições serão válidas, tão somente, para início do primeiro semestre de 2021, não sendo postergada para qualquer outro semestre ou ano.

3.4 - A bolsa terá validade tão somente para a graduação escolhida em sua inscrição da bolsa social e não sendo possível a transferência.

I. Excepcionalmente, não havendo a formação de turma para o curso escolhido e sendo de interesse do candidato, o mesmo poderá escolher outra opção de curso.

3.5 - A Bolsa terá caráter pessoal, individual, indivisível e intransferível, ou seja, somente terá validade para a graduação escolhida em sua inscrição da bolsa social.

4 – DAS INSCRIÇÕES (CALENDÁRIO)

As inscrições serão efetuadas exclusivamente pela internet por meio do Portal, mediante o preenchimento do formulário de bolsa, obedecendo as datas do anexo 1.

5 – DA PRÉ-SELEÇÃO

5.1 – A pré-seleção dos candidatos inscritos no processo seletivo da Bolsa Social, considerará as notas obtidas nas provas do ENEM de 2010 a 2020 e serão classificados aqueles que tenham média no ENEM superior a 450 pontos e não tenham zerado na prova de redação.

5.2 – Os candidatos que não possuírem nota do ENEM, deverão realizar prova do Vestibular Social e será divulgado resultado da pré-seleção conforme datas do anexo 1.

6 – DA ENTREGA DOS DOCUMENTOS

6.1 – Os candidatos que optarem pela nota do ENEM deverão entregar os documentos elencados no anexo 2, obedecendo as datas conforme no anexo 1.

6.2 – Os candidatos que optarem pela prova do Vestibular Social, deverão realizar a prova nas datas, anexo 1, aguardar o resultado da prova, entregar os documentos para comprovação da carência econômica para concorrer à bolsa social.

6.2 – Os candidatos devem realizar a entrega da documentação junto a instituição acadêmica, **após retornar as atividades presenciais**, caso não seja entregue a documentação COMPLETA, o termo não será confeccionado e a bolsa será cancelada.

7 – DO PERÍODO PARA ENTREGA DE DOCUMENTOS

7.1 – O candidato após a realização da inscrição no processo de bolsa social para curso presencial, deverá enviar a **DOCUMENTAÇÃO COMPLETA**, ou seja, alunos veteranos convocados devem encaminhar documentos conforme orientação em serviço no portal do aluno e alunos calouros devem encaminhar documentação por sistema com as orientações presentes nas **ORIENTAÇÕES DE ENVIO**.

7.2 - Todos os itens da relação de documentos são obrigatórios e a falta da documentação impossibilitará o recebimento da solicitação da bolsa e incorrerá o posterior indeferimento.

7.3 - Após a entrega da documentação, para comprovação da condição socioeconômica o processo será analisado e o resultado final será divulgado conforme o anexo 1.

7.4 - O Candidato que não cumprir ou não preencher os requisitos e exigências estabelecidos neste Edital Bolsa Social, terá a sua inscrição indeferida.

7.5 - As datas e Portarias publicadas no site oficial da Universidade, deverão ser rigorosamente acatadas, não haverá prorrogação dos prazos estabelecidos neste Edital.

8 – RELAÇÃO DE DOCUMENTOS

Para participar do processo de concessão de bolsa, o candidato deverá preencher o Formulário e anexando todos os documentos pessoais e de todos os membros grupo familiar, conforme categoria empregatícia.

9 – DA RETENÇÃO E GUARDA DA DOCUMENTAÇÃO

Por força de lei, a instituição manterá em seus cofres toda e qualquer documentação entregue pelos candidatos que participaram do processo da Bolsa Social.

§ Em hipótese alguma a instituição acadêmica poderá realizar a devolução de qualquer documento entregue junto a instituição dos candidatos aprovados e reprovados.

10 - DA DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DOS CONTEMPLADOS COM BOLSA

A Universidade irá convocar diretamente cada candidato aprovado nas pré-seleções, ou seja, a convocação poderá ser realizada por e-mail, contato telefônico, SMS ou serviço.

11 - DO INDEFERIMENTO DA INSCRIÇÃO NA BOLSA SOCIAL

Caso os candidatos não se enquadrem nas determinações deste edital ou deixem de cumprir com qualquer solicitação do setor de bolsa, devem ser desclassificados automaticamente pelo sistema.

12 – DO RECURSO

A análise do recurso é única e exclusiva do departamento de bolsas, ou seja, nenhum outro departamento terá qualquer autonomia ou qualquer direito avaliativo.

O recurso dependerá de prazo determinado por portaria, ou seja, caso o candidato não cumpra as regras determinada na portaria o seu caso não será revisto em hipótese alguma e toda a documentação será apagada do sistema.

Qualquer funcionário não autorizado pela comissão de bolsa é proibido de receber qualquer documentação e poderá sofrer medidas administrativas e legais.

11 - DA RENOVAÇÃO

A instituição solicitará a qualquer tempo ou em prazo estipulado por sua vontade toda e qualquer documentação necessária para reavaliação e renovação da bolsa anualmente, conforme parecer nº 00814/2019/CONJUR-MEC/CGU/AGU.

- I.** O procedimento para a renovação está sujeito ao edital ou convocação direta do estudante.
- II.** A não entrega da documentação renovatória ocasionará a imediata exclusão do benefício.
- III.** A renovação automática em virtude da pandemia não gera direito adquirido.

12 – ENCERRAMENTO OU PERDA DA BOLSA

A concessão da bolsa será válida para o primeiro semestre de 2021 até o final do ano letivo é renovável semestralmente até o final do curso, exceto pelas situações abaixo:

A constatação, a qualquer tempo, de inidoneidade dos documentos apresentados, bem como de falsidade das informações prestadas pelo candidato implicará o imediato encerramento da bolsa concedida, além de sujeitar o candidato às penalidades previstas no Código Penal Brasileiro.

A BOLSA DEVERÁ SER ENCERRADA, AINDA, NOS SEGUINTE CASOS:

- Cancelamento da matrícula com encerramento do vínculo acadêmico;
- Não aprovação em no mínimo, 75% do total das disciplinas/módulos cursados em cada período letivo;
- Quando constatada mudança substancial da condição socioeconômica do estudante;
- Conclusão de curso no qual o bolsista está matriculado, ou qualquer outro curso superior;
- Acúmulo de bolsas pelo estudante;
- Solicitação do bolsista;
- Evasão do bolsista;
- Deixar de preencher ou omitir informações ao preencher ficha socioeconômica;
- Não preenchimento dos requisitos renovatórios.
- Não realizar a entrega da documentação renovatória;
- O aluno perderá a bolsa quando praticar atos punidos com suspensão ou desligamento, hipótese em que deixará de ser concedida bolsa já no pagamento da mensalidade do mês subseqüente àquele em que a punição disciplinar vier a ser aplicada.

13 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 - À Universidade é reservado o direito de não conceder bolsa de estudo para o curso em que não houver formação de turma.

13.2 - O benefício concedido por campanha de captação institucional terá o seu procedimento determinado por portaria, ou seja, o procedimento aplicado será determinado tão somente pelo setor de bolsas.

13.3 - **É de inteira responsabilidade do CANDIDATO a observância dos prazos estabelecidos** no presente Edital e Portarias, bem como o acompanhamento de eventuais alterações por meio da página da Universidade, bem como das orientações enviadas ao e-mail informado no momento da inscrição.

13.4 - Não será possível a concessão de bolsa além do limite disponível.

13.5 - A bolsa somente será cadastrada e terá validade após a assinatura do contrato.

13.6 - O pré-cadastro da bolsa na modalidade TERMO DE RESERVA DE MATRÍCULA (TRV) para a reserva da bolsa, não implicará na obrigatoriedade do deferimento do processo avaliativo e tão somente terá validade plena após a assinatura do contrato.

13.7 - O candidato não poderá em hipótese alguma alegar qualquer desconhecimento dos termos previsto neste Edital e Portarias do processo de bolsa do primeiro semestre de 2021.

13.8 - Todo e qualquer informação válida somente será emanada do edital, portarias e comissão de bolsas, ou seja, qualquer informação obtida informalmente não terá qualquer validade.

13.9 - Em hipótese alguma será recebida a documentação de forma parcial, ou seja, o candidato deverá entregar a documentação completa.

13.10 - O recebimento da documentação não irá escusar a obrigatoriedade da entrega da documentação complementar em caso de necessidade.

13.11 - Casos omissos serão decididos pelo setor responsável pela análise.

13.12 - Caso o processo de bolsa não atinja o mínimo legal de inscrições a convocação será prorrogada.

Toda e qualquer informação oficial estará disponível na página do setor de filantropia:

<http://unimep.edu.br/bolsasocial>

Todas as informações pessoais prestadas pelos candidatos estão protegidas pela Lei de proteção de dados.

OBSERVAÇÃO: Para informações complementares sobre os cursos/turnos, vide Edital do Processo Seletivo 1º semestre de 2021, disponível na página da Universidade. <http://unimep.edu.br/>

São Bernardo do Campo, 16 de dezembro de 2020.

ISMAEL FORTE VALENTIN
DIRETOR GERAL

**ANEXO 1
PROCESSO BOLSA SOCIAL**

Inscrições e entrega da documentação	16 de dezembro de 2020 até 15 de janeiro de 2021
Divulgação do resultado	Até 08 de fevereiro de 2021
Matricula	10 de fevereiro de 2021

DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO:

Toda e qualquer documentação deverá ser entregue forma online e posteriormente entregue junto a universidade.

- 1. CANDIDATOS QUE AINDA NÃO SÃO ALUNOS** devem encaminhar a documentação pelo sistema após a sua inscrição na página. <http://www.processoseletivounimep.com.br/>
- 2. CANDIDATOS QUE JÁ SÃO ALUNOS** devem abrir um serviço no portal do aluno "Processo de Bolsa Social Veterano" para a realização de sua inscrição.
O Veterano será devidamente orientado pelo serviço.
- 3.** Informamos que a instituição acadêmica estará em recesso entre os dias 28 de dezembro 2020 até o dia 06 janeiro 2021, mas o processo de bolsa não será interrompido.

IMPORTANTE: As cópias dos documentos são obrigatórias (favor, não recortá-los), a falta de algum deles poderá acarretar no indeferimento do processo de bolsa de estudo. Após o fim da pandemia toda e qualquer documentação encaminhada digitalmente deverá ser entregue junto a instituição acadêmica no prazo determinado pelo departamento de Filantropia. A não entrega da documentação implicará na prescrição do direito a bolsa, ou seja, o candidato terá a bolsa cancelada automaticamente. *Prescrição é conceituada como a perda da pretensão do titular de um direito que não o exerceu em determinado lapso temporal

ANEXO 2

IMPORTANTE: As cópias dos documentos são obrigatórias (favor, não recortá-los); a falta de algum deles poderá acarretar no indeferimento do processo de bolsa de estudo.

ATENÇÃO: Documentos cortados, danificados ou ilegíveis podem ser rejeitados.

Consulte as **ORIENTAÇÕES DE ENVIO** para auxílio dos moldes exigidos.

Os documentos digitalizados (legíveis) deverão ser anexados conforme nomenclatura de cada aba do sistema, no ato da inscrição.

1. **COMPROVAÇÃO DE ESCOLARIDADE DO(A) CANDIDATO(A), SENDO:**

- Histórico Escolar do Ensino Médio ou declaração da escola informando ter cursado todo o ensino médio na unidade escolar ou discriminado cada série com o nome da escola onde cursou;
- Boletim com as notas do ENEM, caso tenha realizado a inscrição pela nota do ENEM, (não isenta a entrega **OBRIGATÓRIA** do Histórico Escolar);
- Declaração de bolsa integral quando cursado ensino médio em escola particular, ou seja, bolsista com 100% de desconto, (especificando, ter sido durante os três anos ou período cursado na instituição).

DOCUMENTOS DO(A) CANDIDATO(A) E DO(S) COMPONENTE(S) DO GRUPO FAMILIAR (moradores de um mesmo domicílio):

2. RG, CPF ou CNH do(a) candidato(a) e de cada integrante do grupo familiar (se menor sem RG, apresentar a certidão de nascimento);

ATENÇÃO: A cópia da documentação de cada pessoa deve ser individualizada, ou seja, a cópia do RG e CPF na mesma folha e nada mais.

3. Estado civil dos genitores e/ou do candidato, se for o caso:

- Se casado: Certidão de casamento;
- Se separado/divorciado: Averbação da separação;
- União estável – apresentar declaração regularmente firmada em cartório atestando a existência da união estável;
- Pais solteiros com filhos devem fazer: declaração com firma reconhecida informando o estado civil atual;
- Pai ou Mãe que não façam parte do grupo familiar: declaração, com firma reconhecida do responsável pelo grupo familiar, informando a ausência do cônjuge do grupo familiar e **cópia do comprovante de endereço atual do mesmo**;
- Se solteiro: declaração com firma reconhecida em cartório atestando e documento que comprove ausência do pai ou da mãe no grupo familiar junto ao comprovante de endereço atual do(s) genitor(es);
- Se viúvo: Certidão de Óbito do(s) responsável (eis) do grupo familiar.
- Se emancipado apresentar decisão judicial.

4. Comprovante das condições de moradia:

- Se financiada - a última prestação paga;
- Se alugado- último recibo de pagamento e contrato de locação (se houver) ou declaração com firma reconhecida do locador, com as informações do imóvel locado e valor do aluguel;
- Se própria - o último IPTU (página do valor venal do imóvel);
- Se em área não legalizada - declaração da Associação de Bairros (papel timbrado e carimbo na assinatura) ou Secretaria da Habitação;
- Se cedida – declaração de próprio punho assinada de quem cede o imóvel e o IPTU em nome do proprietário;
- De Herança – Cópia do inventário ou declaração com firma reconhecida do herdeiro do imóvel, com as devidas informações;

5. **Comprovante de endereço** atual emitido no máximo de 90 dias, em nome do candidato e de cada integrante do grupo familiar, na ausência de documento comprobatório apresentar declaração **simples assinada pelo responsável** informando o nome e o endereço.
- 5.1 Comprovação de endereço de menores de idade**
- Menores de idade apresentar carteira de vacinação constando o endereço atual;
 - Na falta da carteira de vacinação apresentar declaração nos moldes neste edital, elaborada pelos genitores ou responsável legal.
6. **Carteira de trabalho** (física ou digital) - página da foto, da qualificação civil e a página do registro do contrato de trabalho –
<<https://empregabrasil.mte.gov.br/carteira-de-trabalho-digital/>>;
7. **Extrato Analítico CNIS** - entregar todas as páginas –
<<https://www.inss.gov.br/servicos-do-inss/extrato-de-vinculos-e-contribicoes-a-previdencia/>>.
8. **Comprovante dos rendimentos** do candidato e de cada integrante do seu grupo familiar, caso tenha mais de um tipo de rendimento deverá, obrigatoriamente, ser apresentado.
- 8.1.** Trabalhador registrado: holerite dos últimos SEIS meses, não é válido holerite de adiantamento e deve ser substituído holerite de férias (se houver neste período);
- 8.2.** Estagiário ou Jovem Aprendiz: Contrato de estágio completo (quando estagiário ou os TRÊS últimos recibos de pagamento);
- 8.3.** Decore original dos três últimos meses para trabalhadores autônomos e se contribuinte, as TRÊS últimas contribuições ao INSS;
- 8.4.** Proprietários e sócios de empresa: Apresentar toda documentação conforme tipo de empresa (item 9);
- 8.5.** Pensão alimentícia (item 12) - cópia da decisão judicial e **declaração**, com firma reconhecida, informando o valor recebido mensalmente ou atestando a inexistência do valor;
- 8.6.** Trabalhador informal – declaração com firma reconhecida em cartório, informando a atividade e o valor da renda média mensal;
- 8.7.** Aposentados e pensionistas do INSS, aposentados devem apresentar declaração informando se exercem atividade informal ou não - Extrato de pagamento de benefício (detalhamento de crédito)-
<<https://www.inss.gov.br/servicos-do-inss/extrato-de-pagamento-de-beneficio/>>;
- 8.8.** Maior de idade e sem atividade remunerada - declaração com firma reconhecida informando inatividade.

ATENÇÃO:

Extrato bancário não possui validade para comprovar os rendimentos empregatícios!
Caso o grupo familiar possua auxílio financeiro de terceiros deverá ser comprovado por intermédio de declaração com firma reconhecida em cartório.

9 - Documentos comprobatórios para Empresas, conforme Lei Contábil nº 11.638 de 2007:

- 9.1. Autônomos e profissionais liberais:
- Inscrição de autônomo na prefeitura;
 - Declaração de Imposto de Renda Pessoa Jurídica;
 - Últimos TRÊS meses de decore;
 - Guia de recolhimento do INSS (GPS) dos TRÊS últimos meses, compatíveis com a renda declarada.
- 9.2. Microempreendedores individuais (MEI):
- Certificado de Microempreendedor Individual;
 - Declaração Anual do Simples Nacional de Microempreendedor Individual (DASN - SIMPLES);
 - Decore dos últimos TRÊS meses ou declaração original feita pelo Contador (carimbada CRO) ou técnico contábil inscrito no CRC endereçado à Universidade.

9.3. Empresário Individual:

- Requerimento Individual e Alterações;
- Cartão CNPJ;
- Inscrição Estadual;
- Inscrição Municipal;
- Declaração de Imposto de Renda Pessoa Jurídica;
- Decore dos últimos TRÊS meses ou declaração original feita pelo Contador (carimbada CRO) ou técnico contábil inscrito no CRC endereçado à Universidade;
- Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício.

9.4. LTDA / EIRELI (ME ou EPP Lucro Real):

- Contrato Social e Alterações (JUCESP);
- Cartão CNPJ;
- Inscrição Estadual;
- Inscrição Municipal;
- Declaração de Imposto de Renda Pessoa Jurídica;
- Decore dos últimos TRÊS meses ou declaração original feita pelo Contador (carimbada CRO) ou técnico contábil inscrito no CRC endereçado à Universidade;
- Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício.

OBS.: Se empresa não for do Simples Nacional, deverá apresentar a ECD e ECF.

9.5. Sociedade Simples (ME ou EPP Lucro Real):

- Contrato Social e Alterações (cartório);
- Cartão CNPJ;
- Inscrição Municipal;
- Declaração de Imposto de Renda Pessoa Jurídica;
- Decore dos últimos TRÊS meses ou declaração original feita pelo Contador (carimbada CRO) ou técnico contábil inscrito no CRC endereçado à Universidade;
- Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício.

OBS.: Se a empresa não for do Simples Nacional, deverá apresentar a ECD e ECF.

9.6. Sociedade Anônima:

- ATA de constituição da Sociedade Anônima;
- Cópia do Estatuto Social e alterações;
- Cartão CNPJ;
- Ata de eleição de membros;
- ECD e ECF;
- Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultado do exercício.

9.7. Empresas Inativas:

- Extrato Fiscal (fornecido pela Receita Federal) ou declaração de Imposto de Renda Pessoa Jurídica de inatividade 2019.

10. Em caso de **desemprego ocorrido no último ano apresentar rescisão contratual, comprovante do recebimento do Fundo de Garantia e seguro desemprego.**

OBS.: Não anula a apresentação obrigatória da declaração informando se exerce ou não atividade remunerada (item 8.8).

11. Declaração de **Imposto de Renda Pessoa Física do último exercício (simplificada ou completa - incluindo recibo da entrega e todas as páginas da declaração) do candidato e do grupo familiar, independentemente da situação na Receita Federal, caso não declare deverá apresentar a situação em:**

<http://servicos.receita.fazenda.gov.br/servicos/consrest/actual.app/paginas/mobile/restituicaoomobi.asp>.

12. Guarda e Pensão Alimentícia:

- 12.1.** Nos casos de guarda não compartilhada o responsável deverá apresentar a decisão judicial de guarda ou tutela;
 - 12.2.** Nos casos de guarda compartilhada, deverá apresentar a decisão judicial que comprove tal situação;
 - 12.3.** Caso a guarda ou a decisão judicial de pensão alimentícia, não tenham sido judicialmente formalizadas, deverá encaminhar, a declaração de guarda, com firma reconhecida em cartório;
 - 12.4.** Caso receba pensão alimentícia e a mesma não seja formalizada, deverá apresentar declaração de Recebimento de Pensão alimentícia, com firma reconhecida em cartório;
 - 12.5.** Caso receba não Pensão Alimentícia, deverá apresentar declaração de não Recebimento de Pensão alimentícia, com firma reconhecida em cartório.
- 13.** Laudo médico atestando a espécie e o **grau da deficiência**, nos termos do art.4º do Decreto nº 3298, de 20 de dezembro de 1999, com a redação alterada pelo Decreto nº 5296, 2 de dezembro de 2004, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, quando for o caso.
- 14. Comprovação de condição e moradia de membros familiares enfermos**
- Os genitores ou responsável legal tem a obrigação de apresentar toda e qualquer documentação necessária em nome do enfermo.
- 15. Outros documentos que a comissão julgar necessário.**

DECLARAÇÃO DE IMÓVEL CEDIDO

Cedente, abaixo assinado (a), Sr (a) _____
_____, portador (a) do RG nº _____
_____, órgão expedidor _____ e CPF
_____, residente e domiciliado no endereço _____
_____, nº _____, cidade de _____
_____. Declaro, junto à Instituição de Ensino _____
_____, nos termos da **Lei nº 7.115/83***, que **CEDO ATUALMENTE** o
imóvel situado no endereço: _____ nº: _____
cidade de _____ para cedido o(a) Sr.(a)
_____, portador(a) do RG nº _____
_____, órgão expedidor _____ e CPF
_____, desde o dia ____ / ____ / _____ até os dias atuais.

Por ser esta fiel expressão da verdade, assino a presente declaração, ciente de que a falsidade das informações acima, está sujeita às penalidades legais previstas no **art. 299 do Código Penal*****, além de acarretar o imediato cancelamento do benefício ofertado em razão da Bolsa Social, ao candidato(a) _____.

_____, _____ de _____ de 20____.

(Assinatura do Cedente)

SELO DE AUTENTICAÇÃO DO CARTÓRIO

DECLARAÇÃO INFORMAL DE ALUGUEL

(Declaração para quem mora em casa alugada e não tem contrato de locação)

Locador, abaixo assinado (a), Sr (a) _____

portador (a) do RG nº _____, órgão expedidor _____
e CPF _____, residente e domiciliado no endereço _____
_____, nº _____, cidade de _____
_____.

Declaro, junto à Instituição de Ensino _____
_____, nos termos da **Lei nº 7.115/83***, que **ALUGO ATUALMENTE** o
imóvel situado no endereço: _____ nº: _____
cidade de _____ para Locatário(a) Sr.(a)
_____, portador(a) do RG nº _____
_____, órgão expedidor _____ e CPF
_____, desde o dia ____ / ____ / _____ até os dias atuais,
pelo valor mensal de R\$ _____.

Por ser esta fiel expressão da verdade, assino a presente declaração, ciente de que a falsidade das informações acima, está sujeita às penalidades legais previstas no **art. 299 do Código Penal*****, além de acarretar o imediato cancelamento do benefício ofertado em razão da Bolsa Social, ao candidato(a) _____.

_____, _____ de _____ de 20____.

(Assinatura do locador)

SELO DE AUTENTICAÇÃO DO CARTÓRIO

DECLARAÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL

Declarante 1: _____,
nacionalidade _____, estado civil _____,
profissão _____, portador(a) da Carteira de Identidade (RG)
sob o nº _____, expedido pelo(a) _____
inscrito no Cadastro de Pessoa Física (CPF) sob o nº _____ e

Declarante 2: _____,
nacionalidade _____, estado civil _____,
profissão _____, portador(a) da Carteira de Identidade (RG)
sob o nº _____, expedido pelo(a) _____
inscrito no Cadastro de Pessoa Física (CPF) sob o nº _____

DECLARAMOS, nos termos do **art. 1.723 do Código Civil***, que convivemos em União Estável, de forma pública, contínua, duradoura e com o objetivo de constituir família, desde ____ de _____ de _____, e que são verdadeiras todas as informações prestadas por ocasião do presente processo seletivo, conforme disposição da **Lei nº 7.115/83****, que dispõe sobre a prova documental, bem como estarmos cientes de que a falsidade das declarações firmadas ensejará a responsabilização legal prevista no **art. 15, §1º, da Lei nº 12.101/2009***** e **Decreto nº 8.242/2014**, sem prejuízo da sanção penal aplicável ao crime de falsidade ideológica, de acordo com o **art. 299 do Código Penal******, além de acarretar o imediato cancelamento do benefício ofertado em razão da Bolsa Social, ao candidato(a): _____.

São Bernardo do Campo, _____ de _____ de 20 _____

Assinatura do Declarante 1

SELO DE AUTENTICAÇÃO DO CARTÓRIO

Assinatura do Declarante 2

SELO DE AUTENTICAÇÃO DO CARTÓRIO

ATENÇÃO! Para que esta declaração tenha validade jurídica, faz-se necessário o reconhecimento de firma das assinaturas

DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

(Para aqueles que não possuem comprovante de endereço em seu nome)

Eu (proprietário do imóvel/locatário), _____,
portador do RG nº _____, órgão expedidor _____
e do CPF _____ residente e domiciliado no
endereço _____,
N.º _____ cidade de _____. para fins de
comprovação de residência, declaro, nos termos da **Lei nº 7.115/83***, junto à Instituição
de Ensino _____, que o Sr.(a) _____

Sob as penas da lei e por ser esta a expressão da verdade, firmo a presente declaração.
_____ portador do RG nº _____, órgão
expedidor _____ e do CPF _____, reside no imóvel
de minha propriedade situado na _____
N.º _____ cidade de _____. Sendo assim, o ocupante do
imóvel citado acima comprometo-me a comunicar à Instituição de Ensino acima
mencionada, qualquer alteração referente às informações prestadas nesta declaração,
e apresentar a respectiva documentação comprobatória. Nos termos da **Lei nº
7.115/83***, que dispõe sobre a prova documental, o mesmo DECLARO serem
verdadeiras todas as informações prestadas por ocasião do presente processo seletivo,
bem como estar ciente de que a falsidade das declarações firmadas ensejará a
responsabilização legal prevista no **art. 15, §1º, da Lei nº 12.101/2009**** e **Decreto nº
8.242/2014**, sem prejuízo da sanção penal aplicável ao crime de falsidade ideológica,
prevista no **art. 299 do Código Penal*****, além de acarretar o imediato cancelamento
do benefício ofertado em razão da Bolsa Social, ao candidato(a):

_____.

_____, _____ de _____ de 20 ____.

NOME DO DECLARANTE

DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO PENSÃO ALIMENTÍCIA

Eu, _____, portador do RG
nº _____, órgão expedidor _____ e do CPF
nº _____, residente e domiciliado no endereço _____
_____, N.º _____ cidade de _____
_____.

Declaro, junto à Instituição de Ensino _____
_____, nos termos da **Lei nº 7.115/83***, que recebo a importância de R\$
_____, referente ao recebimento de Pensão Alimentícia () em favor próprio
ou () em favor do menor _____,
paga pelo(a) Sr(a) _____,
com o qual tenho o grau de parentesco de _____. Os valores são
recebidos: () mensalmente () trimestralmente () semestralmente () anualmente ()
outros, favor especificar a periodicidade: _____.

Informo ainda que a importância é: () depositada em conta própria () depositada em
conta de terceiros () entregue em mãos.

Sendo assim, comprometo-me a comunicar à Instituição de Ensino acima mencionada,
qualquer alteração referente às informações prestadas nesta declaração, e apresentar
a respectiva documentação comprobatória. Nos termos da **Lei nº 7.115/83***, que dispõe
sobre a prova documental, declaro serem verdadeiras todas as informações prestadas
por ocasião do presente processo seletivo, bem como estar ciente de que a falsidade
das declarações firmadas ensejará a responsabilização legal prevista no **art. 15, §1º,
da Lei nº 12.101/2009**** e **Decreto nº 8.242/2014**, sem prejuízo da sanção penal
aplicável ao crime de falsidade ideológica, de acordo com o **art. 299 do Código
Penal*****, além de acarretar o imediato cancelamento do benefício ofertado em razão da
Bolsa Social, ao candidato(a): _____.

_____, _____ de _____ de 20 _____.

Assinatura do declarante

SELO DE AUTENTICAÇÃO DO CARTÓRIO

DECLARAÇÃO DE NÃO RECEBIMENTO PENSÃO ALIMENTÍCIA

Eu, _____, portador do RG
nº _____, órgão expedidor _____ e do CPF
nº _____, residente e domiciliado no endereço _____
_____, N.º _____ cidade de _____
_____. Declaro, junto à Instituição de Ensino _____
_____, nos termos da **Lei nº 7.115/83***, que não recebo nenhum valor a
título de: () pensão alimentícia e/ou () ajuda financeira, () em favor próprio ou () em
favor do menor _____.

(preencher se menor de 18 anos)

Sendo assim, comprometo-me a comunicar à Instituição de Ensino acima mencionada, qualquer alteração referente às informações prestadas nesta declaração, e apresentar a respectiva documentação comprobatória. Nos termos da **Lei nº 7.115/83***, que dispõe sobre a prova documental, declaro serem verdadeiras todas as informações prestadas por ocasião do presente processo seletivo, bem como estar ciente de que a falsidade das declarações firmadas ensejará a responsabilização legal prevista no **art. 15, §1º, da Lei nº 12.101/2009**** e **Decreto nº 8.242/2014**, sem prejuízo da sanção penal aplicável ao crime de falsidade ideológica, prevista no **art. 299 do Código Penal*****, além de acarretar o imediato cancelamento do benefício ofertado em razão da Bolsa Social, ao candidato(a): _____.

_____, _____ de _____ de 20____.

Assinatura do declarante

SELO DE AUTENTICAÇÃO DO CARTÓRIO

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE ATIVIDADE REMUNERADA

Eu, _____,
portador do RG nº _____, órgão expedidor _____
e do CPF _____ residente e domiciliado(a) no
endereço _____,
N.º _____, cidade de _____. Declaro nos termos da **Lei nº 7.115/83***, junto à Instituição de Ensino _____,
que atualmente estou desempregado, e não recebo renda decorrente de salários,
proventos, ordenados, aposentadorias, comissões, pró-labore, bem como outros
rendimentos decorrentes do trabalho não assalariado, oriundos do mercado informal ou
autônomo, nem aqueles auferidos em razão do patrimônio. Sendo assim, comprometo-
me a comunicar à Instituição de Ensino mencionada acima, qualquer alteração referente
às informações prestadas nesta declaração, além de apresentar a respectiva
documentação comprobatória. Nos termos da **Lei nº 7.115/83***, que dispõe sobre a
prova documental, declaro serem verdadeiras todas as informações prestadas por
ocasião do presente processo seletivo, bem como estar ciente de que a falsidade das
declarações firmadas ensejará a responsabilização legal prevista **art. 15, §1º, da Lei nº 12.101/2009**** e **Decreto nº 8.242/2014**, sem prejuízo da sanção penal aplicável ao
crime de falsidade ideológica, de acordo com o **art. 299 do Código Penal*****, além de
acarretar o imediato cancelamento do benefício ofertado em razão da Bolsa Social, ao
candidato(a): _____.

Sob as penas da lei e por ser esta a expressão da verdade, firmo a presente declaração.

_____, _____ de _____ de 20____.

Assinatura do Declarante

SELO DE AUTENTICAÇÃO DO CARTÓRIO

DECLARAÇÃO DE IMÓVEL CEDIDO

Eu, abaixo assinado (a), Sr (a) _____
portador (a) do RG nº _____, órgão expedidor _____
e CPF _____, residente e domiciliado no endereço _____
_____, nº _____, cidade de _____
_____. Declaro, junto à Instituição de Ensino _____
_____, nos termos da **Lei nº 7.115/83***, que **CEDO ATUALMENTE** o
imóvel situado no endereço: _____ nº: _____
cidade de _____ para o(a) Sr.(a) _____
_____, portador(a) do RG nº _____,
órgão expedidor _____ e CPF _____, desde o dia
___ / ___ / _____ até os dias atuais.

Por ser esta fiel expressão da verdade, assino a presente declaração, ciente de que a falsidade das informações acima, está sujeita às penalidades legais previstas no **art. 299 do Código Penal*****, além de acarretar o imediato cancelamento do benefício ofertado em razão da Bolsa Social, ao candidato(a) _____.

_____, _____ de _____ de 20____.

(Assinatura do declarante)

SELO DE AUTENTICAÇÃO DO CARTÓRIO

DECLARAÇÃO DE GUARDA

(Responsabilidade, proteção e cuidado de menores)

Eu, _____, portador do RG nº _____, órgão expedidor _____ e do CPF nº _____, residente e domiciliado no endereço _____, N.º _____, cidade de _____. Nos termos da **Lei nº 7.115/83*** e em concordância com o **art. 19 e art. 32 da Lei nº 8.069/90 **** (Estatuto da Criança e do Adolescente), declaro junto à Instituição de Ensino _____, que o menor _____, inscrito(a) no RG/Certidão de Nascimento sob o nº _____, órgão expedidor _____ e do CPF nº _____, filho(a) de _____ e _____, com o qual tenho vínculo de parentesco ou relação de _____, se encontra sob a minha guarda, responsabilidade, proteção e cuidados desde ____ de _____ de _____, pelo seguinte motivo _____.

declaro ainda, que em decorrência do motivo acima descrito, não foi possível regularizar judicialmente a guarda ou tutela do(a) menor em questão. Sendo assim, comprometo-me a comunicar à Instituição de Ensino acima mencionada, qualquer alteração referente às informações prestadas nesta declaração, e apresentar a respectiva documentação comprobatória, nos termos da **Lei nº 7.115/83***, que dispõe sobre a prova documental. Declaro serem verdadeiras todas as informações prestadas por ocasião do presente processo seletivo, bem como estar ciente de que a falsidade das declarações firmadas ensejará a responsabilização legal prevista no **art. 15, §1º, da Lei nº 12.101/2009***** e **Decreto nº 8.242/2014**, sem prejuízo da sanção penal aplicável ao crime de falsidade ideológica, de acordo com o **art. 299 do Código Penal******, além de acarretar o imediato cancelamento do benefício ofertado em razão da Bolsa Social, ao candidato(a): _____.

_____, _____ de _____ de 20____.

Assinatura do declarante

SELO DE AUTENTICAÇÃO DO CARTÓRIO

DECLARAÇÃO DE ESTADO CIVIL

Eu, _____,
portador do RG nº _____, órgão expedidor
_____ e do CPF _____
residente e domiciliado no endereço _____
_____,
N.º _____ no município de _____ declaro para
os devidos fins, que meu estado civil atual é _____.

Sob as penas da lei e por ser esta a expressão da verdade, firmo a presente declaração.

_____, _____ de _____ de 20 ____.

Assinatura do Declarante

SELO DE AUTENTICAÇÃO DO CARTÓRIO

Este documento não poderá ser substituído

Esta declaração somente será necessária para os genitores solteiros.

DECLARAÇÃO DE AUXÍLIO FINANCEIRO

Eu, _____, portador do RG nº _____, órgão expedidor _____ e do CPF _____ residente e domiciliado no endereço _____, N.º _____ no município de _____ declaro, nos termos da **Lei nº 7.115/83***, junto à Instituição de Ensino _____, que ajudo financeiramente o(a) Sr.(a) _____, portador do RG nº _____, órgão expedidor _____ e do CPF _____, residente e domiciliado no endereço _____, com o qual mantenho vínculo de parentesco ou relação de _____, com o valor de R\$
A importância é: () depositada em conta própria () depositada em conta de terceiros () entregue em mãos () outros, favor especificar: _____ O valor da ajuda financeira é disponibilizado: () mensalmente () trimestralmente () semestralmente () anualmente () outros, favor especificar a periodicidade: _____
Sendo assim, comprometo-me a comunicar à Instituição de Ensino acima mencionada, qualquer alteração referente às informações prestadas nesta declaração, além de apresentar a respectiva documentação comprobatória. Nos termos da **Lei nº 7.115/83***, que dispõe sobre a prova documental, DECLARO serem verdadeiras todas as informações prestadas por ocasião do presente processo seletivo, bem como estar ciente de que a falsidade das declarações firmadas ensejará a responsabilização legal prevista **art. 15, §1º, da Lei nº 12.101/2009** e Decreto nº 8.242/2014**, sem prejuízo da sanção penal aplicável ao crime de falsidade ideológica, de acordo com o **art. 299 do Código Penal*****, além de acarretar o imediato cancelamento do benefício ofertado em razão da Bolsa Social, ao candidato(a):

_____, _____ de _____ de 20_____.

Assinatura do Declarante

SELO DE AUTENTICAÇÃO DO CARTÓRIO

DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE REMUNERADA

Eu, _____,
portador do RG nº _____, órgão expedidor _____
e do CPF _____ residente e domiciliado no endereço
_____, N.º _____ no
município de _____ declaro, nos termos da **Lei nº 7.115/83***, que
recebo mensalmente a quantia aproximada de R\$ _____ oriunda do
trabalho/atividade de:

1. () **autônomo(a)**, favor especificar a atividade, qual? _____,
(exemplos: babá, cabelereiro, costureira, cuidador de..., jardineiro, manicure, MEI-
microempreendedor, pintor, vendedor de..., técnico de...etc.)

2. () **profissional liberal**, favor especificar a atividade, qual? _____,
(exemplos: advogado, contador, dentista, enfermeiro, fisioterapeuta, jornalista, MEI-
microempreendedor, psicólogo, tradutor/intérprete, etc.)

Observação: (caso houver): _____.

Neste mesmo ato, comprometo-me a comunicar à Instituição de Ensino acima mencionada, qualquer alteração referente às informações prestadas nesta declaração, e apresentar a respectiva documentação comprobatória. Nos termos da **Lei nº 7.115/83***, que dispõe sobre a prova documental, declaro serem verdadeiras todas as informações prestadas por ocasião do presente processo seletivo, bem como estar ciente de que a falsidade das declarações firmadas ensejará a responsabilização legal prevista no **art. 15, §1º, da Lei nº 12.101/2009** e Decreto nº 8.242/2014**, sem prejuízo da sanção penal aplicável ao crime de falsidade ideológica, de acordo com o **art. 299 do Código Penal*****, além de acarretar o imediato cancelamento do benefício ofertado em razão da Bolsa Social, ao candidato(a): _____.

_____, _____ de _____ de 20____.

Assinatura do Declarante

SELO DE AUTENTICAÇÃO DO CARTÓRIO